

	CARATERIZAÇÃO DE ENTIDADE	8.1
--	----------------------------------	------------

1	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ÍLHAVO	8.1.1
----------	---	--------------

1.1	MORADA	Avenida 25 de Abril, 39 – Apartado 69
	CÓDIGO POSTAL	3830 – 044 Ílhavo
	TELEFONE	234 329 600
	FAX	234 329 601
	ENDEREÇO WEB	www.cm-ilhavo.pt
	E-MAIL	geralcmi@cm-ilhavo.pt
	NIF	506 920 887
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
MUNICÍPIO		Até 10.000..... <input type="checkbox"/>
		Mais de 10.000 e menos de 30.000..... <input type="checkbox"/>
		Mais de 30.000..... <input checked="" type="checkbox"/>

2	LEGISLAÇÃO	8.1.2
----------	-------------------	--------------

➤ **Regime financeiro:**
Lei 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);
Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e respetivas alterações;
Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro;
Lei 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA) e respetivas alterações.

➤ **Regime Jurídico:**
Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e respetivas alterações;
Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
----------	---------------------------------	--------------

3.1	A Câmara não tem serviços municipalizados autónomos desde 01/01/2000, por força da sua integração na estrutura da Câmara Municipal, naquela data. Não constituiu nenhuma parceria público – privada.	
3.2	Igualmente a Câmara Municipal não tem empresas municipais (E.M.).	
3.3	Ver folha anexa com organograma da Câmara Municipal de Ílhavo.	

4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	8.1.4
----------	---	--------------

A Câmara Municipal de Ílhavo é uma pessoa coletiva territorial dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das populações e desenvolve as suas atividades de acordo com a Lei e a Constituição da República Portuguesa.

5	MEMBROS DO ÓRGÃO AUTARQUICO – CÂMARA MUNICIPAL	8.1.5
Presidente	Fernando Fidalgo Caçoilo	
Vice-Presidente	Marcos Labrincha Ré	
Vereadores:	Beatriz Fátima Clemente Martins	
	Paulo Sérgio Teixeira Costa	
	José Marinho Vaz	
	António Pedro Oliveira Martins	
	Ana Margarida Santos Bastos	

6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6
<p>A Câmara Municipal de Ílhavo aplicou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), a partir de 01 de maio de 2002, tendo procedido à recuperação contabilística dos dados do anterior regime contabilístico (D.L. N.º 341/83, 21/07). Adquiriu-se à empresa Medidata – Engenharia e Sistemas, S.A., todo o software informático (Contabilidade, Armazéns, Obras, Taxas, Pessoal, etc.).</p>		

7	OUTRA INFORMAÇÃO	8.1.7
<p>Informação complementar solicitada pelo Tribunal de Contas na sua Resolução n.º 6/2013, publicada no DR, II Série em 21/11/2013:</p>		
7.1	<p>Montante dos Fundos Municipais atribuídos ao Município (OE) no ano a que reporta a gerência em apreciação – 2014:</p> <p>FEF, FSM e PFIRS..... 5.254.277€</p>	
7.2	<p>Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo Município no ano anterior ao da gerência em apreciação – 2013:</p> <p>Investimento pago em 2013.....3.784.248€</p>	
7.3	<p>Ações Insetivas:</p> <p>O Município de Ílhavo encontra-se (ainda a decorrer) sujeito a uma inspeção ao controlo das obrigações e objetivos resultantes da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), em 2014, a uma inspeção ao controlo do endividamento e da situação financeira da administração local autárquica (IGF), em 2011, a uma ação insetiva de âmbito geral (IGAL), em 2010, e a uma inspeção setorial às despesas com o pessoal (IGF), em 2008.</p>	
7.4	<p>Não houve no exercício de 2014 encargos financeiros que onerassem o orçamento no que respeita a amortizações ou encargos financeiros de empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios em que a Câmara participe.</p>	
7.5	<p>Para cumprimento do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, encontram-se em anexo as declarações que evidenciam os pagamentos e recebimentos em atraso bem como aos compromissos plurianuais existentes em 31 dezembro referentes ao período em análise.</p>	

7.6	Pela primeira vez os documentos de Prestação de Contas encontram-se acompanhadas pela certificação legal emitida pela SROC (PALM, SROC, LDA.).
7.7	Por força da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM), a Câmara Municipal contribuirá para a realização do capital social deste fundo com 1.156.701,36€, realizado em 7 anos, cujo montante se encontra devidamente registado na rubrica de Investimentos Financeiros.
7.8	Não foram pagos em 2014 quaisquer emolumentos e/ou custas de execuções fiscais a trabalhadores municipais.